

NA POLÍTICA, SABER É PODER?

José Edson Domingos dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Tecemos algumas reflexões sobre o discurso “Conhecimento e poder”, do presidente Fernando Henrique Cardoso, na Universidade Sarah Kubitschek, em Brasília. O presidente conduziu seu raciocínio através dos filósofos e escritores clássicos e modernos para justificar a sua atuação no poder, argumento esse que coloca a ética da responsabilidade com a qual o político busca sustentabilidade governamental, que prescinde um poder de responsabilidade absoluta, tal qual a ética e suas conseqüências resultantes é fundamentada num princípio sartreano: “*Estou sempre à altura do que me acontece*” (SARTRE, 1997 : 678). Nisso, fica uma pergunta: que convicção encontra essa ética e a que conseqüências políticas resultam esse poder e saber do homem estadista?

O conhecimento referente à ciência faz essa ponte de saber e poder, esse conhecimento chega a uma verdade de valor absoluto, em que o pesquisador é sujeito intelectual dessa verdade; levando em consideração o pensamento baconiano do *Novum Organum*, em que “*o intelecto humano não é luz pura, pois recebe influência da vontade e dos afetos, onde se pode gerar a ciência que se quer. Pois*

¹ Religioso da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos do Brasil Central. Acadêmico do 3º semestre de Filosofia na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

o homem se inclina a ter por verdade o que se prefere” (BACON, 1973 : 31). Neste sentido, a verdade é subjetiva e estritamente humana e passível de erro. Considerando esse princípio, podemos chegar a um outro tipo de verdade na totalidade da relação do sujeito com o outro e o fato acontecido, nisso resgatamos a metáfora de Bacon para ilustrar a busca de um caminho: *“o verdadeiro método da experiência, primeiro acende a vela, depois, por meio da vela, mostra o caminho”* (BACON, 1973 : 31). Isso seria acender a vela do nosso saber, sem esconder ou obscurecer esse conhecimento, aí está a ética esperada no intelectual, seja cientista ou político, assim teriam um princípio que julga esse conhecimento e poder, ou seja, um saber humilde que proporciona um poder não só de dominar, mas de bem servir.

Diante do aspecto político, o presidente situa-se na linha weberiana de não ter uma forma determinada em princípios de uma ciência mais específica a essa política e com isso o político intelectual, que está entre o conhecimento e o poder, fica em uma ambigüidade de falsa axiologia, teoria que leva a uma lógica da complexidade, complicação essa que torna todos perplexos no *“salve-se quem puder”* desse emaranhado logístico. Levando em conta esse tipo de lógica, está mais viva do que nunca a visão baconiana: *“A lógica tal como é hoje usada mais vale para consolidar e perpetuar erros, fundados em noções vulgares, que para a indagação da verdade, de sorte que é mais danosa do que útil”* (BACON, 1973 : 21). Com isso é preciso resgatar um saber lógico da verdade, em que o intelectual passa a dar um sentido dinâmico e convicto a esse conhecimento, que pode romper estruturas meticulosas do saber interessado e colocar a ciência à disposição da sociedade.

Talvez esse facciosismo retórico de responsabilidade coloque em jogo a questão do princípio ético que justifica o objetivo do político e acaba por manipular a ética em proveito do homem estadista. É nesse momento que poderia entrar o papel daquele que detém o saber e, na circunstância, colocar a sua razão científica política em um horizonte amplo de discussões na busca de uma finalidade política condizente

com o contexto vivido pela sociedade; disso nos fala Karl Mannheim: “*A política como a ciência, na forma de uma sociologia política, nunca é um reino fechado e completo de conhecimento que se possa separar do processo incessante dentro do qual se desenvolve*” (MANNHEIM, 1986 : 172). Pode ser que a complicação esteja na forma de conciliação do sujeito intelectual com o político, que, no momento da práxis, separa o seu ser de conhecimento do seu ser político; que, por fim, tem levado a um desinteresse a população sobrando da sociedade ou usá-la como estratégia; daí entra o sentido ético, com que Baruc Spinoza adverte: “*Formar uma sociedade tal como é de se desejar para que a maior quantidade de homens possíveis chegue até o fim com a maior segurança (...) não para que sejam escravos, mas para que cheguem livremente ao melhor*” (SPINOZA, 1961 : 95 e 128). Nesse sentido, a pessoa que desfruta de suas faculdades cognoscíveis, percebe que, no campo da convicção e responsabilidade o seu poder e saber é limitado, “*Porque tudo pertence a todos*” (SPINOZA, 1961 : 132). Pode ser que o presidente pense em esconder o seu saber, através da sua vontade subjetiva, pensando referir-se a um povo com uma consciência ingênua; esquece-se que estamos entrando num novo milênio, em que o saber do homem estadista não passa de um medíocre progresso de desenvolvimento humano de aparatos demagógicos, que não consegue dar respostas simples e rápidas para os seus próprios sistemas geradores de exclusão social.

CONCLUSÃO

Nessa conclusão, fica ao leitor um questionamento: para que nos serve hoje um político ou um intelectual que não consegue sair dos parâmetros das ambições arcaicas que cercam o seu conhecimento e o seu poder? Pode ser que o desafio seja introduzir um princípio ético entre o poder e o saber e conciliar a convicção e a responsabili-

dade para que o político não sofra tanto tormento para justificar seu poder; o propósito então seria não criar desafios eternos, mas que o político exercesse uma verdadeira democracia no saber e que esse saber chegue a iluminar o poder do homem estadista.

BIBLIOGRAFIA

- BACON, Francis. *Novum Organum*. 1. ed. São Paulo : Abril Cultural/Victor Civita, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- EISERMANN, Gottfriede. *Sociologia*. Trad. Ludwig Scheidl. 2.ed. Lisboa : Fundação Colouste Gulbenkian, 1969
- HUME, David. *Ensaaios morais, políticos e literários*. 1.ed. São Paulo : Abril Cultural/Victor Civita, 1973. (Coleção Os Pensadores XXIII).
- LIMA, Henrique C. Vaz. Ética e razão moderna In: *Síntese Nova Fase*, São Paulo : Loyola, v. 22, n. 68, jan./mar. 1995.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. São Paulo : Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais. Maria Alice M. Foracchi e Florestan Fernandes).
- SARTRE, Jean Paul. *O ser e o nada*. Trad. de Paulo Perdigão. Petrópolis-RJ : Vozes. 1997.
- SPINOZA, Baruch. *O pensamento vivo de Spinoza*. Apresentador Arnold Zweig. São Paulo : Livraria Martins, 1961. (Biblioteca do Pensamento Vivo 11).
- WEBER, Max. *Sociologia*. 3. ed. São Paulo : Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais. Gabriel Cohn, Florestan Fernandes).